

Tradução



Alberto Aggio*
albertoaggio@uol.com.br
Ítalo Rodrigo Xavier Cordeiro**
Aline Maria de Carvalho Pagotto**

AMÉRICA IBÉRICA NO SÉCULO XIX: NACIONALISMO E INDEPENDÊNCIA. IN:
BRADING, DAVID. *NACIONALISMO E ESTADO NA AMÉRICA HISPÂNICA*.

I

O nacionalismo é uma ideologia que pretende sancionar e legitimar a existência dos estados nacionais. Segundo Ernest Gellner (1983), seria um produto da modernização. A revolução industrial desencadeou um processo de mudança econômica contínuo, um ciclo histórico que chega a dois séculos, que, lenta, porém inevitavelmente, tem provocado uma densa urbanização e uma certa industrialização na maioria dos países do mundo. De forma paralela a este processo, tanto o Estado como a indústria invertiram suas reservas a fim de criar redes de comunicação, baseadas na educação universal e nos meios de comunicação, os quais, geralmente, difundem uma linguagem comum e valores culturais comuns. Os camponeses não apenas se convertem em operários, como também ele e seus filhos tornam-se cidadãos, membros orgulhosos dos estados nacionais. Para fortalecer a solidariedade social, os valores comunais do folclore são reformulados dentro de um contexto nacional, de tal maneira que as peculiaridades intrínsecas das línguas locais, os êxitos da literatura tanto popular como aristocrática, e as ações gloriosas de heróis ancestrais, se convertam em artigos de um credo patriota. São os intelectuais os que devem articular a consciência nascente dos novos estados nacionais. Como estabelece Gellner, em tudo isso

* Professor do Departamento de História da UNESP-Franca/SP.

** Mestrandos do Programa de Pós-graduação da UNESP-Franca/SP.

Recebido em 4 de março de 2008.
Aprovado em 30 de junho de 2008

há um paradoxo, já que, ao invocar os êxitos históricos e literários, encobre um processo de modernização no qual os estados nacionais são integrados no marco internacional da sociedade industrial. Sobretudo, quase todos os estudiosos do nacionalismo coincidem em que, na existência ou identidade de um estado nacional dado, não há quase nada necessário ou inevitável. Como Benedict Anderson (1983) estabeleceu, as nações são comunidades imaginárias: sua existência depende de que um grupo de pessoas afirme conscientemente que constitui uma nação e, portanto, se diferencie de seus vizinhos (ANDERSON, 1983; GELLNER, 1983, p. 53-61). Em consequência, o nacionalismo é uma ideologia que define ao mesmo tempo uma base de identidade intrínseca e diferenciada.

Nesse contexto, é útil recordar a famosa conferência de Ernest Renan, *O que é uma nação?*, lida na Sorbone em 1882, na qual argumentava que as “individualidades históricas” das nações ocidentais não podiam ser explicadas por determinantes de raça, linguagem, religião, economia ou geografia, já que se podiam encontrar exceções a esses elementos. Em seu lugar, declarava que “uma nação é uma alma vivente, um princípio espiritual [...] uma consciência moral”, que se definia pela “possessão comum de uma herança rica em memórias” e que era animada pelo sentimento comum, o desejo de viver juntos, à vontade de preservar a herança individual que tem sido transmitida”. Era uma comunidade construída sobre a experiência passada e sustentada pelo sentimento presente. Se em “um passado heróico, grandes homens, glória [...] formam o capital social sobre o qual uma idéia nacional seria fundada, e assim a presente nação conformaria ‘uma grande solidariedade’, e sua existência seria ratificada por ‘um plebiscito diário’. Renan (1896, p. 61-83) concluía citando o hino cantado por jovens guerreiros espartanos a seus maiores: “Somos o que vocês foram, nos converteremos no que são” (SMITH, 1960) OU (RENAN, 1896, p. 61-83).

A fonte da ideologia nacionalista foi o idealismo filosófico alemão. Tratava-se de um credo formulado por intelectuais provenientes da classe média que rechaçava a cultura aristocrática das cortes alemãs, dominadas na ocasião pela língua e literatura francesas. Os valores universais do iluminismo foram substituídos por uma apelação à história e aos valores particulares de cada nação. Pensadores como Herder, Fichte e os românticos estabeleceram os cimentos filosóficos de um nacionalismo que afirmava que o indivíduo era configurado, ou mesmo determinado, por seu pertencimento a um grupo social, e que o grupo social primário seria a nação, e não a família, a cidade ou a igreja. No mais, cada nação se constituía em uma entidade orgânica, animada por um espírito coletivo cujo caráter particular podia ser discernido

em sua língua, literatura, artes, leis e instituições, todas articuladas ao longo da história. Não apenas cada nação possuía seus próprios valores e interesses específicos, como também estes, além disto, tinham prioridade sobre os êxitos universais da religião, dos impérios, da economia e da filosofia política (BERLIN, 1979, p. 333-355).¹ Onde melhor se observa a aplicação da ideologia nacionalista a questões práticas é na famosa obra de Fichte, *Discurso à Nação Alemã* (1807-1808), pronunciados em Berlim depois da derrota de Napoleão perante a Prússia e Áustria. Influenciado pela tese profética de Schiller, de que estava por nascer a terceira idade da humanidade na qual a beleza e a liberdade dirigiriam o mundo, incitava a juventude alemã a iniciar a grande tarefa de criar uma nova e mais vital cultura. Somente mediante a educação uma nova nação alemã poderia ser formada. Já que as cidades eram o berço da cultura, era importante proteger suas prosperidades para torná-las independentes da indústria e do comércio exterior. Todas essas medidas eram mais importantes que qualquer esforço na construção do estado. O caráter ressurgente dessa retórica era mais evidente na afirmação de Fichte de que o alemão era o único idioma realmente vivo na Europa, renovando constantemente sua vitalidade ao retornar à suas raízes, uma qualidade que o distinguia da natureza abstrata e artificial das línguas românticas. Concluía profetizando que a Alemanha estava destinada a converter-se em “regenerador e re-criador do mundo” (FICHTE, 1922, p. 68-69, 102-103, 253-255).

Foi na Rússia, durante a década de 1840, que o nacionalismo romântico alemão foi pela primeira vez apropriado e aplicado localmente. Ali, o regime czarista mantinha um grande império burocrático e multi-étnico, sustentado pela nobreza, igreja e exército, e justificado pelos princípios da ortodoxia, autocracia e nacionalidade. Era agudamente criticado pelos “ocidentalizantes”, intelectuais liberais que propugnavam a introdução de formas europeias de governo representativo e de direitos individuais. Porém, os “ocidentalizantes” eram atacados pelos eslavófilos, que defendiam a Igreja Ortodoxa, idealizavam o passado medieval e afirmavam que os valores sociais russos eram conservados melhor nas comunas rurais. No político, estes intelectuais burgueses aderiram ao princípio de conciliação, um processo mal definido no qual o czar deteria a autoridade absoluta, porém ampliaria sua aplicação por uma consulta extensiva e pela obtenção do consenso. Desdenhosos do individualismo ocidental e do vazio espiritual que viam na obsessão do momento pelo progresso econômico, os eslavófilos tornavam-se eco e aplicavam a visão de Fichte, profetizando que a bendita Rússia emergiria um dia como o regenerador espiritual da humanidade (MALLA, 1965, p. 278-334).

Na Espanha, foi a geração de 1898 que invocou os princípios do nacionalismo romântico para reviver um país derrotado pelos Estados Unidos. Viviam uma época na qual a economia espanhola experimentava uma significativa modernização, e a cultura espanhola era dominada pelos oradores franceses. No *En torno al casticismo* (1894-1911), Miguel de Unamuno se dirigia à juventude de seu país, confiando em que “a alma comum [...] o espírito coletivo” dos espanhóis superaria o presente “marasmo”, o atomismo inerte que, todavia, o infestava, esforçando-se uma vez mais em expressar seus valores permanentes em novas obras literárias e artísticas. Denunciava a “europeização” da Espanha, e insistia em sua “intra-história”, que viria a ser o espírito *castiço* que havia sido modelado pela interação do homem e da natureza nas planícies desoladas de Castela, um processo de muitos séculos no qual havia sido formada a raça que, todavia, constituía o núcleo da nacionalidade espanhola. Atualmente, o caráter da nação e sua língua eram mais bem observados entre os camponeses de Castela (UNAMUNO, 1943, p. 28, 54-6, 102-13, 130-41). A característica defensiva dessa retórica nacionalista foi mais claramente expressada por Unamuno em seu ensaio titulado *Sobre a europeização*, na qual confessava “uma repugnância íntima” para “os princípios em voga do espírito europeu moderno, a ortodoxia científica da atualidade [...]”. Nesse desgosto pela ciência, segundo afirmava, Unamuno representava os espanhóis que, devido à sua preocupação pela religião e morte, todavia duvidavam em aceitar a filosofia e economia utilitárias do Ocidente. Com maior precisão, Unamuno denunciava o francês como a língua da lógica e da mediocridade, a expressão de um povo que carecia de paixão, que não havia produzido nunca grandes místicos, e para o qual as profundidades espirituais da Espanha eram simplesmente inimagináveis. Como exemplo para inspirar a jovem geração, Unamuno invocava os êxitos heróicos dos séculos XVI e XVII, quando o espírito castiço da nação achou sua expressão mais pura na vida e obras de San Juan de la Cruz. Era já a hora em que os espanhóis se voltariam à “nossa antiga sabedoria africana, à nossa sabedoria popular”, evitando imitar modelos estrangeiros, e revivendo em conseqüência valores ancestrais (UNAMUNO, 1818, p. 161-187). À diferença de seus predecessores alemães e russos, contudo, Unamuno parece não atribuir à Espanha e sua gente um papel de regenerador mundial.

Ao por ênfase no caráter ideológico do nacionalismo, não se nega que seja também uma forma de política. Como tem afirmado John Breuilly (1982, p. 186-91, 221-49), a retórica nacionalista tem sido constantemente manejada pelos líderes políticos para mobilizar as massas e, em conseqü-

ência, ganhar poder. Os grandes impérios do século XIX e princípios do XX eram em sua maioria multinacionais, e ainda que se valham de elites provincianas para manter sua autoridade, geralmente confiavam os postos mais altos da burocracia a indivíduos da nação dominante. Esta política muitas vezes sobrevivia por inércia, já que qualquer intenção de fortalecer o poder e a presença da burocracia imperial tendia a excluir e, portanto, a alienar as elites provincianas. (SMITH, 1983, p. 231-251) Desse modo, a ideologia nacionalista proveu os líderes separatistas de argumentos e retórica para acender as massas e justificar a independência. Contudo, este processo em que as nações nascentes obtinham o reconhecimento como estados independentes resultava paradoxal. Como observou John Breuilly, o direito das gentes a eleger sua própria forma de governo e, portanto, a liberar-se do domínio imperial depende da existência de uma comunidade internacional que aceite os princípios liberais da soberania popular, o governo representativo e os direitos individuais (BREUILLY, 1982, p. 60-62, 352-353). Foi a revolução americana e, ainda mais, a francesa que anunciaram o surgimento dessa nova ordem mundial, com os princípios dotados de aplicação universal por Woodrow Wilson em Versalhes. Este nacionalismo oferece a intelectuais e políticos os instrumentos ideológicos com os quais identificar a nação, para demonstrar sua existência histórica e seu caráter permanente; porém, não se pode inferir com argumentos aceitáveis para legitimar o direito ao governo próprio. O êxito da soberania de um Estado depende de seu reconhecimento internacional e, portanto, apenas pode ser justificado por doutrinas extraídas do direito internacional ou princípios do liberalismo.

Por último, deve-se enfatizar que o nacionalismo foi posterior e contemporâneo ao republicanismo clássico, doutrina que derivava do humanismo cívico do Renascimento florentino, e que encontrou sua expressão política durante a Revolução Francesa. Associado com o liberalismo era logicamente distinto, já que a doutrina republicana afirmava que o homem era essencialmente um animal político, que encontrava sua perfeição como cidadão de uma república livre, adquirindo glória nesse serviço, e sempre disposto a sacrificar sua vida em defesa da “pátria” (POCOCK, 1975, p. 48-82, 165-219). Assim como os nacionalistas românticos encontravam sua inspiração na cavalaria gótica e no épico medieval, os republicanos citavam sempre os heróis da antiga Grécia e Roma. Tratava-se aqui de um credo universal no qual cada pátria era concebida como possuidora das mesmas instituições e leis, todas inspiradas pelo precedente clássico. Desse modo, o nacionalismo romântico alemão e o republicanismo neoclássico

francês floresceram na Europa quase ao mesmo tempo: ambos eram profundamente historicistas, esquadrinhando o passado em busca de heróis, formas artísticas e valores morais; ambos exortavam os cidadãos a servir e morrer por sua pátria; e ambos dirigiam sua mensagem às massas através do jornalismo e da educação, buscando inculcar a lealdade ao Estado nacional sem importar sua forma ostensiva de governo (ROSENBLUM, 1967, p. 47-49,70-72; HERBERT, 1972, p.70-71, 109).

A tese desse trabalho é que o nacionalismo latino-americano é tardio, um produto do século XX. As razões desse atraso são relativamente óbvias. Quando desapareceu o império espanhol, as repúblicas que herdaram seu poder justificaram sua separação da metrópole com doutrinas emprestadas da revolução americana e francesa. As fronteiras foram determinadas pelas já existentes jurisdições provinciais ou pela guerra civil: não havia questionamentos sobre a identidade nacional que justificassem a existência de um Estado. No mais, quando a meados do século XIX os governos centrais consolidaram sua dominação, seus líderes invocaram princípios liberais e republicanos mesclados, geralmente extraídos de fontes francesas. O culto aos heróis pátrios, tão comum nessa época, apenas serviu para fortalecer a difusão do republicanismo neoclássico. Sua hegemonia não se viu debilitada pela chegada do positivismo de Comte. Desse modo, apenas a princípios do século XIX penetrou ativamente na região o idealismo romântico, com frequência por meio de autores franceses, para então inspirar quase imediatamente os primeiros brotos e pronunciamentos de nacionalismo. Em apenas trinta anos veio à luz uma completa biblioteca de livros e panfletos sobre temas nacionais. Contudo, carecemos de uma análise sistemática de sua procedência e conteúdo, ainda ao nível de cada país em particular.² Ao mesmo tempo, esse surgimento literário foi acompanhado por um processo de modernização econômica e fortalecimento do Estado ainda mais poderoso, baseado na mobilização popular. Portanto, a ideologia nacionalista serviu muitas vezes para justificar e legitimar regimes autoritários que manipularam o poder do Estado para transformar a economia e criar uma identidade nacional. A correlação entre o nacionalismo e a construção do Estado, todavia, não foi sempre exata, as vezes os dois fenômenos se realizaram separadamente, incapazes de conseguir um terreno comum.

II

O movimento independentista na América hispânica foi causado pelo ressentimento da elite crioula com a “revolução de governo”, implementada

pelos ministros ilustrados de Carlos III (1759-88). Inspirados pelos princípios do despotismo ilustrado, os Bourbon reconstruíram o Estado colonial, introduzindo uma burocracia estatal assalariada e milícias pequenas em todas as províncias importantes do império americano. Ao mesmo tempo, as reformas na estrutura do comércio e dos impostos promoveram uma expansão dramática na economia exportadora, baseada no crescimento da produção de metais preciosos e cultivos tropicais. O êxito dessas medidas se vê claramente na ressurreição da armada espanhola e do poder militar, restituindo à monarquia espanhola um papel significativo no concerto europeu. Contudo, para a elite crioula, a prosperidade crescente do império americano era uma amarga compensação pela renovada exclusão dos altos cargos estatais e eclesiásticos. Os postos oficiais criados no governo pela revolução, em sua maioria, foram destinados aos espanhóis peninsulares; o benefício fiscal resultante da expansão econômica aumentou os cofres da monarquia européia na Espanha (BRANDING, 1971, p. 19-56). O resultado foi que quando as notícias das revoluções americana e francesa começaram lentamente a serem conhecidas, os crioulos educados começaram a considerar a possibilidade da independência. Quando em 1808 Napoleão depôs os Bourbon, e instalou o seu irmão José como rei da Espanha, provocando em consequência rebeliões populares em toda a península, a elite crioula de quase todas as capitais provincianas do império americano exigiu a formação de juntas representativas, demandas estas que em seguida provocaram a tomada do poder ou a reação conservadora das autoridades coloniais. A crise imperial tornou-se mais aguda em 1812, quando as Cortes de Cádiz promulgaram uma constituição que investia de soberania o povo espanhol, e convertia a monarquia em um executivo hereditário, já que os crioulos conservadores afirmavam sua lealdade ao rei, porém rechaçavam os funcionários peninsulares na América, e detestavam qualquer sujeição aos espanhóis (BRANDING, 1991, p. 535-560).

Porém, com que fundamento os espanhóis americanos poderiam justificar uma ruptura com a Espanha? Em primeiro lugar, os conselhos e juntas crioulas simplesmente argumentaram que com a abdicação dos Bourbon a soberania retornava para o povo. Cada província do império formava um reino em si mesmo, provido de todas as instituições necessárias para o auto-governo. Este tipo de governo, contudo, colocava o México e o Peru em pé de igualdade com Andaluzia e Aragão. Para justificar a independência, os crioulos afirmavam que a Espanha havia instalado no Novo Mundo um regime tirânico que explorava os seus habitantes, e lhes excluía de qualquer participação no governo. Como Simon Bolívar exclamou: “jamais fomos vice-reis, nem governadores, senão por razões extraordinárias; arcebispos e bispos por

poucas vezes; diplomatas nunca; militares somente na qualidade de subalterno; nobres, sem privilégios reais; não éramos, enfim, nem magistrados nem financistas, e quase nunca comerciantes”. Invocando o conceito de despotismo oriental de Montesquieu, Bolívar afirmava que o império espanhol era ainda mais opressivo que seus contemporâneos na Turquia e Pérsia, já que nesses países ao menos os monarcas utilizavam ministros nativos. A “tirania ativa” da Espanha havia reduzido os crioulos a uma infância perpétua; seu raio de ação confinado à esfera econômica, atuando meramente como produtores e consumidores de bens, anulava para sempre sua participação na política, o que era prerrogativa do cidadão livre (BRANDING, 1964, p. 603-620; BOLIVAR, 1964, p. 159, 186). Com efeito, Bolívar expressava aqui a clássica doutrina republicana de que os homens apenas podiam estar satisfeitos em suas capacidades morais como cidadãos livres, perseguindo a glória no político, na guerra e na arte, tudo isso a serviço de sua pátria.

Se a separação da Espanha podia ser baseada em argumentos que se tornavam eco das doutrinas da revolução francesa e americana, imediatamente surgiram os problemas quando os crioulos quiseram delinear as fronteiras dos Estados futuros. Apenas eram conscientes de sua identidade de *americanos*, distintos dos espanhóis americanos, e agora eram obrigados a proclamarem-se colombianos, bolivianos ou mexicanos. No mais, os crioulos de Lima e os do México se diferenciavam entre si tanto como os habitantes de Sevilha dos de Valladolid. Ainda que os líderes rebeldes buscassem preservar os limites das velhas jurisdições coloniais, invocando o princípio de *uti possidetis*, as rivalidades provinciais ameaçaram prontamente a existência das novas repúblicas. A junta de Buenos Aires exigiu obediência de todos os habitantes do vasto vice-reinado de La Plata, somente a tempo para chocar com o repúdio dos líderes do Uruguai e Paraguai. Dali em diante, os governadores do interior organizaram suas próprias milícias e exercitaram o poder autônomo. Um processo similar de dissolução ocorreu na América Central, onde a primeira república sucumbiu vítima da guerra civil, e se dividiu em cinco repúblicas separadas durante a década de 1840. Ainda que Simon Bolívar criasse a república da Colômbia para administrar os territórios do vice-reinado de Nova Granada, e posteriormente projetasse uma federação pan-andina para unir Colômbia e Peru, todos os seus projetos de criação de um Estado fracassaram. Em 1830 Venezuela, Nova Granada e Equador seguiram cada um seu próprio caminho. Mas não foi na década seguinte que Peru e Bolívia combinaram em respeitar suas mútuas independências, depois que fracassaram os intentos de federação e conquista. Apenas o México conseguiu manter as fronteiras

do antigo vice-reinado e, inclusive, graças à incorporação de Chiapas à federação, aumentar seu território, uma conquista que, todavia, pronto seria escurecida pela anexação americana das vastas províncias ao norte do Rio Grande. Com efeito, muitas vezes a identidade territorial das novas repúblicas era arbitrária, geralmente questionada pelos vizinhos e simplesmente baseada no precedente colonial.

Para conquistar a independência, era necessário que os descontentes crioulos mobilizassem as massas, tática que muitas vezes provocou uma pronta reação conservadora transformando, em conseqüência, a rebelião em guerra civil. O problema existente era que tanto no campo como na cidade as massas compreendiam índios, mestiços, negros, mulatos e brancos pobres, cuja qualidade étnica havia sido mantida cuidadosamente tanto pela Igreja como pelo Estado. Para atrair apoio, os crioulos proclamavam agora o fim de todas as distinções raciais. Como declarou José Maria Morelos (apud LEMOINE VILLACAÑA, 1965, p. 162, 181, 264), o líder insurgente mexicano: “a exceção dos europeus, todos os demais habitantes não se nomearão em qualidade de índios, mulatos e outras castas, senão todos geralmente americanos. Ninguém pagará tributo, nem fará escravos daqui pra frente [...]”. Porém, os perigos de um conflito racial, em outras palavras, o perigo de que as massas de cor tratariam de exterminar a elite branca imitando os feitos do Haiti, preveniram Simon Bolívar, que adotou medidas drásticas para neutralizar a ameaça. A persistência e prevalência da hierarquia étnica anulavam toda possibilidade de nacionalidade ou de sua condição na América espanhola. Quando Bolívar projetou uma constituição para Bolívia, excluiu a todos os analfabetos, reduzindo o conjunto de cidadãos ativos a proporções minúsculas³.

Ao enfatizar as imensas dificuldades com as quais se enfrentou qualquer intenção de criar uma série de nações-estado a partir da ruptura com o império espanhol, não se nega a força do laço crioulo à suas respectivas pátrias, conceito que vinha a incluir províncias inteiras, assim como também cidades. Desde princípios do século XVII, os jornalistas e oradores crioulos haviam celebrado os talentos e conquistas de sua “nação”, e as glórias de sua pátria. Na Nova Espanha, o culto à nossa Senhora de Guadalupe havia adquirido uma grande significação patriótica, especialmente quando em 1746 a Virgem mexicana fora aclamada patrona comum de todas as dioceses da Nova Espanha. Em 1810, Miguel Hidalgo, o líder insurgente, ofereceu sua imagem a seus seguidores como seu estandarte, buscando, portanto, fortalecer e legitimar o movimento ao apelar aos sentimentos religiosos. Ao mesmo tempo, ideólogos rebeldes como Frei Servando Teresa

de Mier e Carlos Maria de Bustamante, exigiam dos escritores crioulos a instalação do império asteca como o princípio da história mexicana, concebendo a insurgência como uma luta para recuperar a independência que havia perdido a nação mexicana durante a conquista espanhola. Seus argumentos eram tão persuasivos que a ata de 1821, projetada pelos antigos realistas, proclamava: “A nação mexicana, que por trezentos anos não teve vontade própria, nem livre uso da voz, sai hoje da opressão em que tem vivido”. Somente no México o patriotismo crioulo amadureceu para uma forma de nacionalismo insurgente o qual, ainda que precoce e imaturo, originou sentimentos e argumentos que em parte seriam reiterados durante o século XX (BRANDING, 1991, p. 561-602). Torna-se muito mais interessante, todavia, quando unido a um igualmente forte republicanismo.

As guerras civis que acompanharam a luta pela independência, e foram seguidas imediatamente de golpes militares e desintegração política, significava que as novas repúblicas careciam de legitimidade. Os projetos constitucionais elaborados por advogados liberais provocavam pouco respeito e foram prontamente descartados. O resultado foi a instabilidade à beira da anarquia. Como observava Lorenzo de Zavala (1918b, p. 301), um radical mexicano: “em uma nação nova, onde tem desaparecido a força de constantes abalos, juntamente com as correntes que lhe oprimiam, os vínculos de subordinação, muita parte dos hábitos de ordem, e até certo ponto a conveniência social que se mantinha [...]”. Para Simón Bolívar, que escreveu em 1829 uma decepcionada descrição do hemisfério, a América hispânica recordava a Europa depois da queda do Império Romano, apanhada em uma nova Idade Obscura, na qual as novas repúblicas já haviam se desintegrado em insignificantes feudos e facciosas cidades-estado, o que lhe fazia profetizar: “este país cairá inevitavelmente em mãos de multidões incontroláveis, para ser passada, em seguida, a insignificantes tiranos de qualquer cor ou raça” (BRADING; BOLIVAR, 1964c, p. 159-186).

Certamente, sua asseveração se aplica a Venezuela e Argentina, de onde o poder era exercido por caudilhos locais, líderes recrutados de fazendeiros ou capitães de milícia, que gozavam de uma ascendência pessoal baseada no controle dos meios locais de violência. Pelo contrário, os oficiais dos antigos exércitos realistas do México e Peru mantiveram e reconstituíram suas forças e, dali em diante, governaram esses países até meados do século, sendo a competência interna pelo poder político a causa de incessantes motins e conflitos (WU, 1991, p. 11-33). Ao longo do continente, foi-se protagonizando um processo gradual pelo qual as elites locais, com seus respectivos líderes, foram lentamente constituindo redes de au-

toridade, baseadas na violência, no parentesco, na propriedade e nos interesses comuns. Nessas circunstâncias, o trabalho do governo central era governar a cidade capital e seu hinterland (interior), mediar entre os caudilhos rivais, e ocupar-se de tal maneira das relações exteriores que se evitasse a intervenção estrangeira. O grande ausente nesse ciclo de violência e tirania era qualquer tipo de sentido de nacionalidade.

Coube a ele reconstruir a autoridade do governo central à geração de líderes que esteve no poder a partir de 1850; a geração de Benito Juárez e Bartolomé Mitre. Tanto no México como na Argentina, apareceram presidentes de extração liberal que tiveram êxito na formação de amplas coalizões que lhes possibilitaram restabelecer a paz interna e fortalecer o governo central criando, em consequência, as condições para o progresso econômico. Em ambos os casos, foi indispensável o surgimento de um exército regular, comandado por oficiais leais ao presidente, já que permitiu ao governo exercer uma vez mais o monopólio sobre a violência, que Max Weber definiu como o selo do Estado moderno. Porém, mesmo quando os mais ilustres caudilhos foram eliminados, seus papéis na política provincial foram assumidos por governadores geralmente recrutados da elite latifundiária local. Como observara Francisco Bulnes (apud BRANDING, 1991): “a força efetiva do partido liberal mexicano foi sempre o caciquismo”. Ao mesmo tempo, reconhecia que o extenso período presidencial de Juárez, quando se combinou com sua vitoriosa resistência à intervenção francesa, lhe permitiu reconstruir o prestígio e a autoridade de seu governo. Concluía descrevendo a Juárez como “um Zapotec Budha secular” cujas apoteoses como herói nacional resultaram do catolicismo residual do povo mexicano, “que busca sempre uma imagem, um culto, uma piedade para a emoção social despreendida do sentimento religioso” (BRANDING, 1991, p. 665-666).

Na esfera do ideológico, os regimes que restabeleceram a autoridade do governo central exibiram uma dicotomia destacada na esquizofrenia, entre o que seus líderes diziam ou faziam. A autocracia presidencial e a oligarquia parlamentar sustentadas por caciques locais e pelo exército regular, com votações manipuladas e eleições meramente formais, constituía a realidade política. Contudo, a retórica política que justificava esses regimes invocava as doutrina do republicanismo clássico. Em particular, o culto aos heróis pátrios oferecia aos políticos uma boa ocasião para a celebração e comemoração da virtude republicana. Era organizada uma liturgia cívica, repleta de festas e aniversários no calendário, com seus monumentos e estátuas, e seu ritual público. Bartolomé Mitre, primeiro presidente de uma Argentina unificada, elaborou biografias laudatórias de Manuel Belgrano e

José de San Martín, situando a revolução em Buenos Aires, e sua junta como o momento fundacional da nova república (COLMENARES, 1987, p. 137-163). Do mesmo modo, também os intelectuais radicais Ignacio Ramírez e Ignacio Manuel Altamirano aclamaram Manuel Hidalgo como o pai fundador de sua pátria liberal, apresentando, então, a insurgência de 1810 como o precedente popular da Reforma. Coube a seu discípulo Justo Sierra escrever a vida de Juárez, na qual, seguindo a descrição de Cromwell feita por Carlyle, caracterizava o presidente como um herói silencioso que havia discernido e expressado a vontade de seu país e de seu povo muito melhor que qualquer homem de idéias ou palavras (BRADING, 1991, p. 665-668). Em resumo, à medida que se aproximava o final do século XIX, quase todas as repúblicas da América Hispânica haviam elaborado sua própria *história pátria*, textos que formaram gerações de estudantes e ofereceram aos políticos material para seus discursos, nos quais tanto os pais fundadores como os líderes subseqüentes eram celebrados como modelos de virtude política, capazes de serem imitados por todos os cidadãos. Em conseqüência, o exemplo francês se erigia, no ideológico, como modelo supremo, a retórica bonapartista e republicana alternadas, produzindo uma ressonante resposta baseada em uma presumível semelhança de experiência política.

III

Foi no início do século XX, que o nacionalismo romântico fez sua aparição na América Latina. Segundo esse, o hemisfério estava próximo a uma dramática expansão da economia exportadora, respaldada por uma massiva mudança estrangeira e acompanhada pelo rápido crescimento da população portuária, assim como das grandes capitais. A classe média urbana dispunha de novos periódicos e revistas com uma nova audiência. Porém, a maior facilidade de viagem e comunicação, como conseqüência do progresso industrial, também ocasionou a chegada do irresistível progresso econômico dos Estado Unidos aos políticos e aos intelectuais hispano-americanos. Esta concentração de poder e riquezas se converteu em algo positivamente ameaçador, quando os Estado Unidos venceram a Espanha facilmente em 1898, anexaram Porto Rico e as Filipinas, estabeleceram um protetorado sobre Cuba e daí em diante conceberam a independência do Panamá para obter o controle sob a zona do canal. Por esta razão, o colosso anglo-americano se apresentou como a encarnação do progresso ocidental e, ao mesmo tempo, como ameaça política à liberdade hispano-americana. A ideologia nacionalista encontrou nesse contexto de rápida

modernização interna e a ameaça externa, uma audiência entusiasta por todo o hemisfério.

José Enrique Rodó, ensaísta uruguaio, condenava em *Ariel* (1900) o século XIX, por sua obsessão ao progresso material e ao domínio das forças naturais. Tratava-se de uma época que já havia entronizado Caliban, escoltando a democracia e elevando a mediocridade como norma humana de tal forma que ridicularizava as ações heróicas. Já anteriormente, pensadores como Comte, Taine e Renan haviam advertido sobre os perigos da democracia e a “grande voz de Carlyle” havia festejado o rol dos heróis na história. Este seria, então, o momento em que a juventude hispano-americana adotou o papel de Ariel e se esforçou pelo renascimento da razão, da beleza e do espírito, garantindo que os homens de talento superior – de natureza aristocrática – governassem efetivamente e conduzissem as massas, sem se importar com o sistema político. Esta pretenciosa apelação não teria atraído tanta atenção, se Rodó não tivesse caracterizado os Estados Unidos como a encarnação do espírito democrático utilitarista, definido como “uma escola de vontade de poder e trabalho”, no qual se menosprezavam a verdade e a beleza, e conseqüentemente, por sua ausência, brilhavam o gosto e a sensibilidade. Firmava-se como um país dominado por uma vulgar plutocracia, prezo a ciclos incessantes de trocas e armadilhas, e carente de capacidade para a contemplação estética. Independentemente disso, os Estados Unidos era imitado por tantos hispano-americanos, que minava sua tradição cultural pela “nordomanía”. Ao mesmo tempo, a América Hispânica estava ameaçada pela “degeneração democrática”, ocasionada pela imigração massiva vinda da Europa, fenômeno óbvio na Argentina e Uruguai, podendo reduzir as grandes cidades da região a empórios comerciais. Porém, a América Latina havia produzido em algum momento uma geração de poetas, generais e heróis que haviam lutado pela independência e criado posteriormente as repúblicas. “Nós os latino-americanos possuímos uma herança racial, uma ‘tradição étnica’, que os jovens intelectuais deveriam preservar e reviver” (RODÓ, 1964, p. 36-40, 45, 57-62, 83-8).

Se Rodó provocava um entusiasmo tão generalizado, se dava em partes por evitar aplicar suas idéias à política concreta. Nativo do Uruguai, filho de pais imigrantes, se abstinha de qualquer tipo de patriotismo reduzido, clamando que “para os hispano-americanos a pátria seria a América Espanhola”. Ao dar boas-vindas a aparição da literatura e aos ideais românticos, concluiu que sua adoção promoveria a literatura nacional e, por conseqüência, ajudaria a nação a “formar e desenvolver sua personalidade coletiva, seu próprio gênio, o espírito hispano-americano”. Contudo, ao

contrário de Unamuno, Rodó idealizava a França como encarnação do espírito latino, afirmando: “quando se fala da França, não podemos falar em estrangeiros... Vemos nela o supremo florescer da alma latina, que vela, pelos séculos, sobre o mundo, para manter, sobre os extravasamentos da força e sobre os incentivos da utilidade, a insígnia augusta do ideal desinteressado”. Mais próximo de sua pátria, considerava Simon Bolívar a figura chave da história hispano-americana, chamando-o de Alcibiades Aristocrático, por ser ao mesmo tempo um grande capitão e um intelectual profético, “o barro da América inflamado pelo alento do gênio”. Sobretudo, saudava Bolívar como o defensor da confederação hispano-americana, ainda que admitisse que “a unidade política que consagra e concretiza a unidade moral – sonho de Bolívar – ainda que um sonho, a geração atual provavelmente nunca verá sua concretização” (VASCONCELOS, 1961b, p. 773, 775, 781). Por fim, Rodó era uma nacionalista cultural que identificava como sua pátria e nação, toda a América Hispânica.

Para observar a aplicação políticas dessas doutrinas, teríamos que observar a carreira de José Vasconcelos, que em 1921 se converteu no primeiro reitor da Universidade do México, e logo depois, Ministro da Educação. Em seu discurso inaugural como reitor, anunciou que falava como o “delegado da Revolução”, aconselhando a universidade a trabalhar em prol do povo mexicano, ajudando as massas a escapar de sua pobreza e ignorância. “A Revolução encaminha-se à busca de sábios... sejamos iniciadores de uma cruzada na educação pública”. Com a mesma importância estabelecia que “a Universidade nacional tem a responsabilidade de definir o caráter da cultura mexicana” e outorgava à instituição a inscrição heráldica que possui: “Por minha raça falará o espírito” (VASCONCELOS, 1961b, p. 751-757). Como ministro, Vasconcelos concebeu a educação e a cultura como instrumentos de construção do Estado, para incorporar a nação os trabalhadores rurais e urbanos. Num discurso pronunciado no Brasil, proclamava ser o tempo em que a América Latina conquistara sua segunda independência, “a independência civilizada, a emancipação do espírito”. Caracterizava o século XIX como “um período simiesco”, em que a imitação de modelos escravocratas estrangeiros, especialmente da França, havia reduzido a América Latina a condição de “colônias espirituais”. Mas, agora escutava, segundo dizia, “as vozes de uma grande raça que começava a dançar a luz” (VASCONCELOS, 1961b, p. 751-757).

Em *Raça Cósmica* (1925) e *Indologia* (1926), trabalhos publicados depois de sua renúncia ao ministério, Vasconcelos conduziu sua ideologia nacionalista a uma conclusão messiânica apropriada. Havia abandonado os

autores franceses preferidos por Rodó para comprometer-se diretamente com Schopenhauer, Nietzsche e outros filósofos alemães. Foi em as *Cartas sobre a educação estética do homem de Schiller*, de onde possivelmente extraiu sua divisão da história humana em três grandes estágios, dentre os quais, o primeiro, a fase militar ou material, em que se dominava pela força; o segundo, a fase intelectual ou material, em que se controlava pela ciência e pelo direito, e, portanto, firmava uma época de competição entre os estados nacionais; e terceira, a idade estética espiritual, havia sido animada pelo amor e pela beleza e foi em consequência de um período de confederação e paz. Vasconcelos dava uma aplicação original a estas doutrinas quando declarava que o *Novo Mundo* seria o palco predestinado ao florescimento da terceira idade. Após tudo isso, Europa e Ásia estavam decrépitas e a África imatura. Como se poderia esperar, Estados Unidos não figurava nesse futuro afável, já que seu progresso demonstrava que pertencia ao segundo estágio da história, a idade da indústria, da ciência e da competência. Em resumo, seria a América Hispânica, tanto portuguesa, quanto espanhola, que estaria entrando em sua época do Destino Manifesto. O mestiço estava em tudo isso, o filho das promessas, a raça eleita. Desdenhoso das teorias de Herbert Spencer e Gustave Le Bon sobre a instabilidade e degeneração das nações híbridas, desdenhando-as como meras difamações imperialistas, Vasconcelos proclamava que os mestiços formavam a quinta grande raça da humanidade, como uma síntese universal, a mescla culminante dos povos da Europa, África, Ásia e América. Na cultura hispânica ou latina, essa raça já havia demonstrado sua aptidão especial para a criação estética, tal como para a atividade erótica, oferecendo por consequência um prelúdio adequado para o reinado futuro de amor e beleza (VASCONCELOS, 1961b, p. 903-1280; BRADING, 1984, p. 71-78). No entanto, o que mais chama a atenção nas projeções messiânicas de Vasconcelos é o fato de afirmar tão pouco sobre o caráter e o destino do México, assim como de sua nação. O nacionalismo romântico de Vasconcelos compreendia toda a raça hispano-americana.

Claramente se pode observar a transição do romantismo literário até o nacionalismo econômico e estadista na carreira de Manuel Ugarte, intelectual argentino da geração de 1900, que pregou ativamente a necessidade de uma unidade hispano-americana, com uma superabundância de livros e conferências ao longo do hemisfério. Igualmente a Rodó, seu amigo pessoal, identificava a pátria grande como única defesa possível contra o avanço dos Estados Unidos. No âmbito literário, glorificava Martín Fierro, épica gauchesca de José Hernández, lamentado não ter existido sucessores. Apesar de sua nostalgia para com a sociedade rural, insistia também na

modernização econômica. Obstinado com a expansão na América Latina, do investimento e das corporações americanas, que ameaçavam reduzir suas repúblicas a condição de meras colônias, denunciava os antecedentes feudais da “civilização ibérica”, resultado das divisões políticas crônicas e dos falsos ideais culturais. Já, em 1915, propunha a nacionalização das ferrovias de propriedade britânicas na Argentina, e a criação de uma indústria nacional que libertaria o país de sua atual dependência das exportações primárias. Para tanto, havia se afastado do Partido Socialista, ao qual havia pertencido durante muitos anos, por seu fracasso em confrontar os problemas argentinos e por seu marxismo dogmático. Sendo atacado por seu “nacionalismo crioulo”, afirmava sua fé no exército, o na preservação da sociedade privada, no respeito a religião e, sobretudo, na pátria. Assim, fazia-se necessário que o Estado interviesse na esfera econômica, promovendo o desenvolvimento econômico, tanto como assegurando uma justa distribuição de ingresso. Foi, quiçá, inevitável que com esse tipo de programa em mente, Ugarte aplaudisse o advento de Juan Domingo Perón, e recordasse com orgulho sua entrevista com o novo presidente a quem aconselhou a inaugurar, sem demoras, a criação de indústria pesada na Argentina. Ao deixar o palácio presidencial, exclamou: “Temos um grande presidente” (UGARTE, 1978, p. 80-1, 104). De fato, Ugarte fazia parte de uma geração de intelectuais argentinos que abraçava a causa nacionalista, cujas diversas idéias e opções se combinaram para obter o clima de opinião em que se desenvolveria o peronismo.

A criação do partido Apra, no Peru, demonstrou claramente que o nacionalismo era uma forma prática de política, lutando tanto contra o imperialismo americano, como contra a ideologia marxista. Em *O Antiimperialismo e O Apra* (1928) Victor Raúl Haya de la Torre afirmava que o principal perigo à Indo-América viria dos Estados Unidos, já que havia enviado tropas para ocupar países da América Central e do Caribe, e que ameaçava conduzir a uma simples dependência econômica toda a região. Inclusive, os governos locais só exerciam seu poder conforme os poderes imperialistas os deixavam. O caminho à independência se fazia mais agudo devido à traição virtual da classe governante, composta por grandes proprietários de terras e seus agentes políticos, que atuavam como a quinta comuna do imperialismo, totalmente dispostos a vender as reservas nacionais aos estrangeiros em troca de ganâncias pessoais. Para se opor a esta sinistra aliança, Haya de la Torre buscava criar um movimento político massivo, consistindo em uma grande coalizão das classes médias com os camponeses e com os trabalhadores. Esta proposta levou Haya de la de

Torres a uma confrontação direta com o nascente Partido Comunista e com o líder peruano marxista José Mariátegui. Ao enfrentar o ataque crítico, acusava aos marxistas de aplicar mecanicamente as idéias e modelos europeus aos problemas americanos, sendo assim, preferindo o dogma a uma análise da realidade. Ainda que, Lênin houvesse definido o imperialismo como a última fase do capitalismo, na América Hispânica, teria sido a primeira etapa da modernização, já que havia estabelecido uma economia exportadora baseada na produção primária. No entanto, o proletariado industrial ainda era, todavia, minúsculo, e os trabalhadores empregados pelas plantações junto às minas de propriedades estrangeiras, freqüentemente recebiam salários maiores que anteriormente. A principal vítima dos ataques do imperialismo não era a classe trabalhadora, senão a classe média, ou seja, os industriais insignificantes, os comerciantes, os mineiros e os pequenos latifundiários, que haviam sofrido o impacto da inversão e da concorrência estrangeira. Assim, seria necessário para defender a “liberdade nacional”, a construção de um Estado nacional forte, baseado num amplo movimento político abarcando as classes médias, os operários e os camponeses. Primeiramente, a destruição da oligarquia latifundiária e a distribuição de terras aos indígenas seria pré-requisito essencial para qualquer consolidação de poder. A partir daí, poderiam ser implementadas as propagandas de “nacionalismo econômico indoamericano”. Para respaldar seu rechaço à teoria marxista, Haya de la Torre citava o exemplo de Kuomintang na China, assim como os êxitos da Revolução Mexicana, em 1917, que havia estabelecido as bases legais para a reforma agrária e a legislação trabalhista. Concluía dizendo: “portanto, a fase capitalista deve ser introduzida em nossos países sob a proteção ao Estado antiimperialista” (HAYA, 1936, p. 18-21, 64-69, 133-136, 159). Como testemunha a doutrina apriista, a Revolução Mexicana e o regime originado por ela possibilitou à América Latina a visão do espetáculo de mobilização das massas, da criação do estado e da ideologia política, combinando-os lentamente para formar uma cultura política única. Em *Forjando pátria* (1916), Manuel Gamio, o arqueólogo mais importante do México, dava as boas vindas à Revolução por sua destruição de obstáculos para a criação “da futura nacionalidade... a futura pátria mexicana”. Partindo-se de modelos como os da Alemanha, do Japão e da França, poder-se-ia concluir que o México ainda não constituía uma verdadeira nação, já que carecia de quatro características fundamentais, a saber: uma língua comum, um caráter comum, uma raça homogenia e uma história compartilhada. À raiz de suas distintas línguas, sua pobreza e sua falta de cultura, as comunidades indígenas formavam

uma série de *pequenas pátrias*, cujos habitantes não participavam da vida nacional, não exercendo seus deveres de cidadãos. Manuel Gamio estabelecia que o grande objetivo da Revolução deveria consistir em criar “uma pátria poderosa e uma nacionalidade coerentemente definida”, baseada em “uma fusão de raças, na convergência de manifestações culturais, na unificação lingüística e no equilíbrio econômico dos elementos sociais” (GAMIO, 1960, p. 6-8, 12, 183).

Gamio, como diretor do Departamento de Antropologia e Arqueologia recentemente criado, formou uma equipe numerosa de especialistas, recrutados em distintas disciplinas, tanto para escavar e reconstruir o grande sítio arqueológico de Teotihuacán, como para conduzir uma investigação antropológica da população circundante. Os resultados do projeto foram publicados na exuberante e culta *A População do Vale de Teotihuacán* (1922). Nesta operação, Gamio teve êxito em situar a civilização indígena na fundação histórica da cultura e sociedade mexicanas, já que a escala imposta pelos monumentos do sítio provocava a comparação imediata com as pirâmides do Egito. Não contente com esta reconstrução do passado, escreveu um guia popular dirigido a atrair o turismo e a provocar a venda de artesanato no sítio. Com igual importância, a investigação sobre as posses de terra no distrito, revelou que sete fazendas ocupavam a maior parte da terra, enquanto o campesinato agrupava-se em vilas independentes. Para a resolução de tal problema, advogava em nome da *Reforma Agrária*, outorgando a cada povoado terra suficiente, cuja posse seria da comunidade. Aludindo aos “líderes pseudo-bolcheviques”, que propunham a formação de sovietes mexicanos, justificava seu programa referindo-se aos antecedentes pré-hispânicos e coloniais, propiciando “o sistema de cooperativismo (mutualismo), ou comunismo rural, mas não o bolchevismo”. Ainda assim, iniciou uma campanha para reviver o artesanato rural, como a cerâmica, o têxtil, produtos “laqueados” e os trabalhos em metais, afirmando que tal “indústria nacional” deveria ser promovida pelo governo, para prover os muito necessários postos de trabalhos rurais. Ao defender os sucessos da civilização nativa, criticava a hegemonia do gosto *neoclássico*, assegurando que a nova arte nacional deveria ser criada sobre uma base indígena, projeto muito importante, já que a arte era “um dos grandes fundamentos do nacionalismo”. Muito embora Gamio insistisse que a maioria da população mexicana ainda conservava elementos da antiga cultura indígena, e utilizasse todos os recursos do estado revolucionário para promover esta cultura, como último recurso favoreceu a assimilação do campesinato pela nação moderna, pela qual tanto havia lutado. Sobretudo, sustentava o típico desdém liberal pelo catolicismo popular e

propunha a substituição das línguas indígenas pelo espanhol. A cultura folclórica estava destinada a desaparecer cedo ou tarde, portanto, a tarefa do governo seria a de resgatar o campesinato nativo de sua pobreza e ignorância, e incorporá-los em conseqüência à comunidade nacional (GAMIO, 1979a, p. LXXXI, LXXXV; BRANDING, 1988, p. 75-89).

No México, a influência do nacionalismo revolucionário, foi tão difundida que os positivistas e os darwinistas sociais elaboraram suas próprias doutrinas alternativas. Em *Os grandes problemas nacionais* (1909), André Molina Enríquez aplicava a teoria evolutiva de Ernest Haeckel, para afirmar que o mestiço mexicano formava uma nova raça humana, revestida de seu próprio caráter e força íntima, que estava destinada a desenvolver-se e multiplicar-se por sua adaptação histórica ao devir americano. Tanto o asiático, como o europeu, o mestiço se distinguia “nem por sua beleza, nem por sua cultura, nem em geral pelo refinamento de raças de evolução avançada, senão pelas condições de sua adaptação incomparável ao meio, pelas qualidades de sua poderosa força animal”. Desde a condição de *parias sociais* – de desertados – os mestiços lutaram a sua maneira contra a dominação política. No mais, tal era a força biológica desta raça, que estava destinada a vencer qualquer batalha pela sobrevivência contra as sociedades mais evoluídas, ou melhor, contra os Estados Unidos. No México, somente os mestiços poderiam ser considerados verdadeiros mexicanos. Devido aos seus antecessores europeus, os crioulos eram uma flor exótica implantada no tronco principal da raça mexicana, inclinando-se sempre a seus antecedentes pelo sentimento, pela cultura e pelo costume, formando para sempre uma quinta coluna, e sendo uma fonte de perigo político devido a seus constantes casamentos e associações comerciais com imigrantes estrangeiros. Molina Enríquez coincidia com Gamio, no fato de que a verdadeira pátria dos indígenas ser o povo, já que seus compromissos e línguas locais os eximiam de qualquer lealdade frente à nação ou seu estado (MOLINA, s/d; CÓRDOVA, 1978, p. 34, 274-7, 349, 356). A conseqüência da primazia das considerações raciais, em que Molina Enríquez defendeu abertamente a necessidade de um governo autoritário, no México, afirmando que tanto para os índios, quanto para os mestiços, “a ditadura é a forma espontânea e material de governo”. Sobretudo, em 1930, defendia as conquistas de Porfírio Díaz insistindo em que seu regime “havia encontrado a forma definitiva de governo nacional em sua estrutura e total estabilidade”. No entanto, combinava estes sentimentos aparentemente reacionários com uma grande dedicação à reforma agrária, desfazendo a fazenda tradicional por ser uma instituição feudal, principal obstáculo para a justiça social e para o pro-

gresso econômico. Foi autor intelectual do artigo 27 da Constituição de 1917, que definia a nação como o proprietário primordial de toda a terra em todo o território da república, exigia a destruição dos latifúndios, e restaurava a propriedade comunitária de terras às vilas indígenas. Quando este artigo foi atacado posteriormente por seu “franco comunismo”, Molina Enríquez sustentou que filosoficamente o texto escorou simplesmente o princípio contemporâneo de que os direitos da sociedade precedem e são superiores aos direitos do indivíduo (MOLINA, 1976, p. 324-398; MOLINA, s/d, p. 465-478; BRADING, 1984, p. 64-71). Na prática, o artigo simplesmente restaurava à nação mexicana os direitos gozados em outro tempo pela Coroa espanhola e reintroduzia os princípios duais de propriedade privada e coletiva que haviam sido sabiamente sustentados pela Coroa durante o período colonial. Portanto, tínhamos aqui um potente e realmente original caldo de positivismo, darwinismo social e nacionalismo radical, ordenados todos a justificar os projetos do estado revolucionário.

Como demonstrou o exemplo de Molina Enríquez, o fortalecimento do nacionalismo na América Latina durante as primeiras décadas do século XX teve várias e muito distintas fontes intelectuais. O idealismo romântico tomou corpo junto ao positivismo radical, e, inclusive em alguns casos, foram abraçados simultaneamente por ideólogos decepcionados do liberalismo clássico. Ainda que, no geral, se rechasassem os sucessos do século XIX, não era comum que os ícones do patriotismo republicano fossem expulsos dos panteões nacionais. E mais, as figuras de Bolívar, San Martín e Juárez, sobressaíram ainda mais, sendo sua constante presença testemunho da continuidade essencial entre o patriotismo republicano e o nacionalismo popular. Por acaso é de se temer sugerir que o positivismo comtiano foi o principal laço de união entre o liberalismo e o nacionalismo? Por acaso Comte não condenou às formas parlamentares de governo como uma charada sem sentido que deveria ser substituída por um regime dominado por banqueiros e industriais? Também advogava por uma aliança entre intelectuais e trabalhadores, com a condição de evitar o socialismo. Neste plano, os intelectuais julgavam o papel do clero católico, justificando o inevitável de uma distribuição desigual do ingresso, mas insistindo na necessidade de que o estado assegurasse a justiça social (AUGUSTE COMTE, 1889, p. 127-150). Na América latina, os positivistas tenderam a aceitar os regimes autoritários, mas compreenderam rapidamente o perigo da propaganda socialista entre as massas.

Pode-se observar no Brasil até que ponto a instituição do Estado estava justificada por doutrinas comteanas. Por volta de 1940, ao apresentar

seu plano de cinco anos, o presidente Getúlio Vargas declarava: “temos a intuição de que os velhos sistemas e as fórmulas antiquadas entraram em decadência... O Estado, por esta razão, deve assumir a obrigação de organizar as forças produtivas de garantir ao povo tudo o que for necessário ao bem estar coletivo... A era do liberalismo de demagogia estéril, do individualismo, da desordem inútil, passaram”. Fruto da maquinaria política do Rio Grande do Sul, que desde seu advento ao poder em 1889 havia se inspirado no positivismo, Vargas estabeleceu em 1937 o Estado Novo, regime que confiava ao exército federal a promoção de um quadro de oficiais para a administração das empresas do Estado criadas para estimular o desenvolvimento econômico. Na prática política suprimiu, tanto a diligência comunista da ANL, como aos Integralistas *semi-facistas*, e baseou-se nos coronéis para controlar as zonas rurais e nos sindicatos promovidos pelo Estado para organizar os trabalhadores da cidade. Seu projeto de desenvolvimento industrial autárquico foi totalmente respaldado pelo exército que o louvou com o cimento da segurança nacional.⁴ Sem dúvida, as doutrinas nacionalistas de origem romântica floresceram, tanto no Brasil, como na América Hispânica, mas os sucessos do regime de Vargas sugerem que a organização do Estado e a modernização econômica podem ser interpretadas, assim como justificadas, por idéias e medidas que surgiram do caudal do liberalismo ocidental e sua contrapartida conservadora. Na América Latina, o Estado precedeu à formação das nações e renovou sua força intervinda na economia e na sociedade, da mesma forma com que na Europa, a burocracia política tratou de aplicar seu poder e seus recursos em uma luta dupla contra o imperialismo estrangeiro e o socialismo autóctone. É esta dupla luta que conduziu aos distintos regimes que dominaram o México, Argentina e Brasil, a promover a industrialização e a organizar as massas, o que, todavia, requer mais investigação e análise do que aqui é possível, e se o nacionalismo pode ser interpretado como um agente causal ou como uma ficção justificatória.

IV

O objetivo deste trabalho foi determinar que, na América Espanhola, tanto a independência, como a primeira fase na criação do estado foram justificadas pelas teorias ligadas ao liberalismo europeu, ou seja, pelas doutrinas da soberania popular e do direito ao governo próprio. Mas este tipo de teoria política foi logo substituída pelo republicanismo clássico, que encontrou expressão no culto aos heróis pátrios e na elevação da pátria ao

foco da identidade social. Somente no princípio do século XX, surgiu o nacionalismo na América Latina, nutrido da profusa variedade de recursos e, geralmente indeciso da identidade de sua nação em questão. O fato de tantos intelectuais aceitarem a pátria grande, ou seja, a América Hispânica como sua nação verdadeira demonstra a debilidade das formas locais de nacionalismo. Em uma primeira etapa, os nacionalistas como o de Rodó e Vasconcelos reagiram contra a modernidade, encarnada nos Estados Unidos, e apelaram à história e à cultura para preservar seus países da dominação americana. Mas, uma vez que a força da modernização começou a atuar, graças à inversão, ao comércio e à imigração de estrangeiros, os nacionalistas foram arrastados à grande tarefa de construção do estado. Antes de formar uma nação era necessário criar um estado com poder e os recursos suficientes para promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social, com o ideal de incorporar o campesinato a uma sociedade moderna e letrada. Ainda que na Europa as doutrinas nacionalistas, geralmente aconteceram frente a um fascismo declarado, na América Latina estas doutrinas conduziram em parte a burocracia política, a criar estados poderosos que buscaram incorporar as massas em sua estrutura assegurando como consequência a ascensão de partidos socialistas ou fascistas. Em uma última etapa, as relações entre ideologia nacionalista e a política prática de fundação de um estado foram ambíguas, e variam de país para país, exigindo este tema uma análise e uma discussão muito mais profundas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflexions on the origin and spread of nationalism*. London: [s. n.], 1983.
- BERLIN, Isaiah. *Against the current: essays n the history of ideas*. London: [s. n.], 1979.
- BRADING, D. A. *Miners and merchants in Bourbon México 1763-1810*. Cambridge: [s. n.], 1971.
- BRADING, David A. *Prophecy and myth in mexican history*. Cambridge: [s. n.], 1984.
- BRADING, David A. Manuel Gamio and Official Indegenism in Mexico. *Bulletin of Latin American Research*, v. 7, p. 75-89, 1988.
- BRADING, David A. *The first América: the Spanish monarchy, creole patriots and the liberal state 1492-1867*. Cambridge: [s. n.], 1991.
- BRADING, David A. Nacionalismo y Estado en Hispanoamérica. In: AMORES, Juan et.alli. *Iberoamérica en el siglo XIX: nacionalismo y dependencia*. Pamplona:

- Eunate, 1995. p. 55-77.
- BRADING, David A.; BOLIVAR, Simon. *Obras completas*. Caracas: Vicente Lecuna, 1964. 3v.
- BREUILLY, John. *Nationalism and the State*. Manchester: [s. n.], 1982..
- COLMENARES, German. *Las convenciones contra la cultura: ensayos sobre la historiografía hispanoamericana del siglo XIX*. Bogotá: [s. n.], 1987.
- COMTE, Auguste. *Appeal to Conservatives*. London: [s. n.], 1889.
- CÓRDOVA, A. México: [s. n.], 1978.
- DULLES, John W. F. *Vargas of Brazil*. Austin: [s. n.], 1967.
- FICHTE, J.H. *Addresses to the German Nation*. Chicago: [s. n.], 1922.
- GAMIO, M. *Forjando pátria*. 2. ed. México: [s. n.], 1960.
- GAMIO, M. (Ed.). *La población de Valle de Teotihuacan*. ed. fac. México: [s. n.], 1979. V. I.
- GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Tradução de Ítalo Rodrigo Xavier Cordeiro (UNESP-Franca). Oxford: [s. n.], 1983.
- HAYA, V. R. T. *El Antiimperialismo y el Apra*. 2. ed. Santiago del Chile: [s. n.], 1936.
- HERBERT, Robert L. *David, Voltaire, Brutus and the French Revolution*. London: [s. n.], 1972.
- KEDOURIE, Eli. *Nationalism*. London: [s. n.], 1960.
- LEMOINE VILLACAÑA, Ernesto. *Morelos*. México: [s. n.], 1965.
- LOVE, J. L. *Rio Grande do Sul and brazilian regionalism 1882-1930*. Stanford: [s. n.], 1971.
- MALLA, Martin. *Alexander Herzen and the birth of Russian Socialism*. New York: [s. n.], 1965.
- MOLINA, A. E. *La revolución agraria em México*. 2. ed. México: [s. n.], 1976.
- MOLINA, A. E. *Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos 1911-1919*. [S. L.: s. n.], s/d.
- NUNN, F. M. *Yesterday soldiers: european military professionalism in South America, 1890-1940*. Lincoln: Nebraska, 1983.
- POCOCK, J. G. *The machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton: [s. n.], 1975.
- RENAN, Ernest. *The poetry of the celtic races and other studies*. London: [s. n.], 1896..
- RODÓ, J. E. Ariel. *Liberalismo y jacobinismo*. Montevidéo: [s. n.], 1964.
- ROSENBLUN, Robert. *Transformations in Late Eighteenth Century Art*. Princeton: [s. n.], 1967.
- SMITH, A. D. *Theories of nationalism*. 2. ed. London: [s. n.], 1983.
- UGARTE, M. *La nación latinoamericana*. Caracas: Norberto Galasso, 1978.

UNAMUNO, Miguel de. *Esayos*. Madrid: [s. n.], 1818. V. VII.

UNAMUNO, Miguel de. *En torno al casticismo*. Madrid: [s. n.], 1943.

VASCONCELOS, J. *Obras completas*. México: [s. n.], 1961. V. II.

WU, Celis. *Generals and diplomats great Britain and Peru 1820-40*. Cambridge: [s. n.], 1991..

ZAVALA, Lorenzo de. *Ensayo crítico de las revoluciones de México desde 1808 hasta 1830*. México: [s. n.], 1918. v. II.

NOTAS

- ¹ Cf. também Smith (1983, p. 27-40) e Kedourie (1960) *passim*.
- ² Poucas das obras que tratam do nacionalismo em geral fazem menção à América Latina.
- ³ Uma versão inglesa contemporânea pode ser encontrada em Miller (1828b, p. 372-439).
- ⁴ Citado em Dulles (1967, p. 210); para o positivismo, ver Love (1971, p. 26-36, 45), Nunn (1983, p. 255-268).